

Ações de Formação Contínua – Cronograma do Plano de 2021–2022

MÊS	DIA/S	TIPOLOGIA	TEMA DA AFC	JURISDIÇÃO	OBJECTIVOS	DESTINATÁRIOS	OBSERVAÇÕES
Outubro	Manhã 29	C4	Temas de Direito da Família e das Crianças	Família e Crianças	Refletir sobre variadas questões atuais do direito da família e crianças e a sua projeção na prática judiciária.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos de Serviço Social. Membros das CPCJ.	Ação desenrola-se em 4 manhãs: 29.out. 5, 19, 25.nov.2021 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
		E2	Recuperação de ativos	Penal	Fornecer aos magistrados conhecimentos jurídicos sólidos sobre o sistema de recuperação de bens e de produtos do crime, nos planos interno e de cooperação internacional, teóricos e práticos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPCs.	Não tem avaliação. O Curso tem a duração de cerca de 9 semanas e é composto por 8 módulos.
Novembro	Manhãs 5, 19 e 25	C4	Temas de Direito da Família e das Crianças	Família e Crianças	Refletir sobre variadas questões atuais do direito da família e crianças e a sua projeção na prática judiciária.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos de Serviço Social. Membros das CPCJ.	Ação desenrola-se em quatro manhãs: 29.out. 5, 19, 25.nov.2021 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	15, 16	B3	Seminário de Direito Comercial	Civil	Abordar-se-ão as seguintes áreas temáticas: Tipos de sócios; Formas de financiamento societário; Responsabilidade civil de administradores não executivos; Deveres dos administradores não executivos; Diretiva de crédito ao consumo; Transação, usura e coação moral; Pagamentos e moeda eletrónica; Moeda eletrónica e ativos virtuais; Prestação de garantias por sociedades; Responsabilidade do intermediário financeiro perante o cliente; Consideração da personalidade jurídica; Desconsideração da personalidade jurídica; Seguros financeiros; Seguros de capitalização; <i>Third party funding</i> na atualidade; Contrato, risco e financiamento.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Auditores de Justiça. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense..	Formato: Presencial e <i>online</i> Parceria com a Revista de Direito Comercial
	25 e 26	D1	Workshop Cooperação Judiciária Civil em Matéria Civil e Comercial	Civil	Reforçar a competência dos juizes membros da <i>JudiNet</i> nas matérias de mais frequente aplicação pelos tribunais portugueses, no âmbito da Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial. Registar alterações recentes na legislação europeia em matéria de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Comercial.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Formato: <i>Online</i> Participação limitada aos juizes membros da rede nacional de apoio à RJE Parceria com o Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia/CSM/STJ – EU Project 101007426 - JudiNet PT
	Manhã 26	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	Manhã 26	A3	Whistleblowing em contexto laboral	Trabalho e Empresa	Análise e reflexão sobre a comunicação ou divulgação pelo trabalhador de irregularidades e infrações praticadas pelo empregador, nomeadamente sobre as tensões entre o dever de lealdade e a liberdade de expressão, os canais de denúncia e a proteção eficaz do trabalhador denunciante.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
			F1	Violência doméstica e de género		Qualificação em matéria de Violência Doméstica e de Género: mais do que o acréscimo do conhecimento das normas substantivas e processuais relativas à temática, pretende-se uma especial sensibilização e conhecimento do conteúdo dos conceitos, suas causas, manifestações e consequências.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções em juízos com competência Penal e de Família Representantes das restantes entidades - PSP, GNR, PJ, SS, etc. – para posterior réplica nos respetivos processos formativos.
Dezembro	Manhã 10	A1	Violência Doméstica e Mutilação Genital Feminina	Penal	Aprofundar o estudo do crime de violência doméstica e a proteção das suas vítimas, especialmente as alterações legais introduzidas pela Lei n.º 57/2021; sensibilizar para o fenómeno da Mutilação Genital Feminina na sua vertente sociológica, no sentido da sua precoce avaliação de risco e sustação, bem como na sua perspetiva penal.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
	Manhã 13	A2	Direito Internacional da Família	Família e Crianças	Análise e aplicação dos instrumentos internacionais na área do Direito da Família e das Crianças: Regulação do exercício das responsabilidades parentais; deslocação/retenção ilícita de crianças.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos de Serviço Social. Membros das CPCJ.	

Janeiro	7	D3	Workshop Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas	Civil	Na sequência da <i>webconferência Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas</i> (Plano 2020/2021), os <i>workshops</i> visam discutir e sedimentar boas práticas na tramitação do processo especial de inventário, com especial atenção aos papéis dos vários interessados e do Ministério Público e à expressão processual do regime substantivo da partilha.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Formato a determinar, em função da evolução da situação sanitária Datas e locais: Inscrições para cada edição, respetivamente, da área dos Tribunais da Relação: - 7.jan.2022 - Guimarães - 28.jan.2022 - Porto - 16.set.2022 - Lisboa Limite de participantes em cada edição: 20 participantes (10 MP/10 MJ)
	7, 14, 21 e 28	C3	Temas de Direito Penal e Processual Penal	Penal	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a determinadas temáticas do âmbito penal substantivo e processual que, pela sua atualidade e iminente interesse prático, mereçam um tratamento particular, bem como o estudo e aperfeiçoamento de específicos meios processuais de investigação, recolha e conservação da prova.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Tema de cada sessão: • Criminalidade económico-financieira • Concurso de crimes • Penas • Proteção da vítima
	Manhã 14	B1	Jurisprudência fiscal recente do TJUE	Tributário	Promover a reflexão e discussão sobre casos relevantes e recentes no âmbito da fiscalidade indireta e direta que tenham sido decididos pelo TJUE.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 2 manhãs: 14.jan e 4.fev.2022 Parceria com a Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa
	Manhã 26	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	27 e manhã de 28	B10	Conferência com a OIT	Trabalho e Empresa	Análise e reflexão sobre temas atuais referentes ao Direito do Trabalho que se encontram na agenda da OIT	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Dia e meio
	28	D4	Workshop Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas	Civil	Na sequência da <i>webconferência Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas</i> (Plano 2020/2021), os <i>workshops</i> visam discutir e sedimentar boas práticas na tramitação do processo especial de inventário, com especial atenção aos papéis dos vários interessados e do Ministério Público e à expressão processual do regime substantivo da partilha.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Formato a determinar, em função da evolução da situação sanitária Datas e locais: Inscrições para cada edição, respetivamente, da área dos Tribunais da Relação: - 7.jan.2022 - Guimarães - 28.jan.2022 - Porto - 16.set.2022 - Lisboa Limite de participantes em cada edição: 20 participantes (10 MP/10 MJ)
		E1	HELP – Violência doméstica	Penal	Partindo de uma abordagem centrada na tutela dos direitos humanos e na ideia primordial da proteção da vítima, tem como principal objetivo familiarizar os participantes com os conceitos-chave vigentes na matéria, com o quadro normativo internacional e europeu que a enformam, bem como com a jurisprudência do TEHD relativa à prevenção e repressão da Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica, conferindo-se especial relevo à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica adotada, em Istambul, a 11 de maio de 2011 (Convenção de Istambul), ratificada por Portugal e vigente na ordem jurídica portuguesa desde 01/08/2014.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público	
	E5	Os Direitos Laborais enquanto Direitos Humanos (HELP)	Trabalho e Empresa	Proporcionar uma formação aprofundada em matérias referentes aos Direitos Humanos, em concreto sobre os Direitos dos Trabalhadores enquanto Direitos Humanos, abrangendo o Sistema Europeu dos Direitos Laborais, as decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), assim como as decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais (CEDS).	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público, inspetores e técnicos superiores da ACT e da DGERT	<i>b-learning</i> A confirmar Em colaboração com o Conselho da Europa	
Fevereiro	Manhã 4	B1	Jurisprudência fiscal recente do TJUE	Tributário	Promover a reflexão e discussão sobre casos relevantes e recentes no âmbito da fiscalidade indireta e direta que tenham sido decididos pelo TJUE.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 2 manhãs: 14.jan e 4.fev.2022 Parceria com a Escola de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa
	17 e 18	B4	Seminário sobre Insolvência	Civil	Refletir sobre algumas questões atuais referentes aos regimes de reestruturação e insolvência português, nomeadamente sobre os efeitos respeitantes à transposição da Diretiva (EU) 2019/1023 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019; o papel do juiz e do administrador judicial provisório nos processos de recuperação de empresas e pessoas singulares e algumas problemáticas relativas à administração e liquidação da massa insolvente e pagamentos aos credores.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Formato a determinar, em função da evolução da situação sanitária Dia e meio
	Manhãs 18 e 25	B9	Promoção e Proteção – A criança em situação de perigo	Família e Crianças	Pensar a criança que, pelos mais diversos fatores, se encontra numa situação de desproteção e o modo como a intervenção judiciária protetiva lhe pode restituir a plenitude dos seus direitos, definindo um projeto de vida adequado, que salvaguarde o seu superior interesse.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos de Serviço Social. Membros das CPCJ.	Se o contexto pandémico assim o permitir, a ação decorrerá em Lisboa.
	Manhã 23	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.

Março	Manhã 4	C1	Temas de Direito Tributário	Tributário	Analisar e discutir problemas atuais do Direito Fiscal e conhecer a jurisprudência mais recente quanto às matérias a abordar, com particular enfoque na análise de casos de estudo e na ponderação das alterações legislativas ocorridas. Neste âmbito, serão analisadas algumas das atuais questões do Direito Fiscal (substantivo e processual), nacional, europeu e internacional. Os temas serão tratados numa perspetiva eminentemente técnico-jurídica, procurando dar resposta às principais necessidades formativas, visando a transversalidade da formação dos interessados.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 4 manhãs: 4.mar., 1.abr., 6.mai., 3.jun.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	5	B5	Encontros de Jurisprudência cível e processual civil Tema: Negócio jurídico	Civil	Debater conceitos e problemas atuais em matéria de negócio jurídico, a partir de situações reais analisadas pelos tribunais superiores portugueses e por jurisprudência estrangeira	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Formato a determinar, em função da evolução da situação sanitária
	Manhã 11	A4	Direito Internacional do Trabalho	Trabalho e Empresa	Pretende-se proporcionar uma reflexão sobre temas atuais diversificados e relevantes no âmbito do Direito Internacional do Trabalho, nomeadamente nas principais áreas do direito europeu em matéria laboral.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
	18 e 25	B8	Seminário sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal - transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); MDE; DEI; CPLP; Ponto Único de Contacto para a Cooperação Penal Internacional (PUC-CPI) – contributos para boas práticas	Penal	Desenvolver e aprofundar os conhecimentos relativos a vários mecanismos e institutos de cooperação judiciária internacional em matéria penal: transferência de presos, vigilância (liberdade condicional); MDE; DEI; Auxílio Judiciário Mútuo no âmbito da CPLP; ponto único de contacto para a cooperação penal internacional (PUC-CPI).	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
	Manhã 23	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
		E3	Prova digital e cibercrime	Penal	Este é o primeiro curso do Centro de Estudos Judiciários em formato e-learning sobre prova digital e cibercrime. Conhecimentos sólidos nestas matérias são hoje imprescindíveis a todos os magistrados que exercem funções na área criminal. A prova digital pode ser utilizada em qualquer processo, em qualquer tipo de crime. O que o CEJ pretende com este curso é fornecer aos magistrados formação adequada ao exercício qualificado de funções nestas matérias, o que exige conhecimentos técnicos (pelo menos de nível básico) e jurídicos (estes de nível avançado) consistentes.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's e especialistas informáticos das magistraturas e dos OPC's	
Abril	Manhã 1	C1	Temas de Direito Tributário	Tributário	Analisar e discutir problemas atuais do Direito Fiscal e conhecer a jurisprudência mais recente quanto às matérias a abordar, com particular enfoque na análise de casos de estudo e na ponderação das alterações legislativas ocorridas. Neste âmbito, serão analisadas algumas das atuais questões do Direito Fiscal (substantivo e processual), nacional, europeu e internacional. Os temas serão tratados numa perspetiva eminentemente técnico-jurídica, procurando dar resposta às principais necessidades formativas, visando a transversalidade da formação dos interessados.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 4 manhãs: 4.mar., 1.abr., 6.mai., 3.jun.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	Manhã 1	D2	Adoção – A filiação afetiva	Família e Crianças	Abordagem e resolução de questões práticas relativas ao regime da adoção	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense. Técnicos de Serviço Social. Membros das CPCJ.	Se o contexto pandémico assim o permitir, o <i>workshop</i> decorrerá no Porto.
	21	D6	Violência Doméstica	Penal	Integrando magistrados/as judiciais e do Ministério Público, membros de órgãos de polícia criminal, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.), em formato <i>workshop</i> , nas quais, sem prejuízo de uma intervenção de enquadramento e uniformização, se discutirão e resolverão casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com a EARHVD Datas e locais: - 21.abr.2022 - Setúbal - 28.abr.2022 - Leiria - 5.mai.2022 - Viseu
	22	A5	Direito Substantivo do Trabalho	Trabalho e Empresa	Promover a análise e debate, numa perspetiva de aplicação judiciária, sobre temas diversificados no âmbito do direito substantivo laboral, em matérias selecionadas em função da sua atualidade e eminente interesse prático, respeitantes, nomeadamente, à relação individual de trabalho e aos acidentes de trabalho.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
	Manhã 27	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	28	D7	Violência Doméstica	Penal	Integrando magistrados/as judiciais e do Ministério Público, membros de órgãos de polícia criminal, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.), em formato <i>workshop</i> , nas quais, sem prejuízo de uma intervenção de enquadramento e uniformização, se discutirão e resolverão casos práticos (vertente de <i>case study</i>), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com a EARHVD Datas e locais: - 21.abr.2022 - Setúbal - 28.abr.2022 - Leiria - 5.mai.2022 - Viseu

Abril		F2	Tecnologias de Informação e Comunicação e Sociedade Digital - Gestão documental		Proporcionar aos magistrados formação na utilização das ferramentas básicas de trabalho do Windows: Word, Excel, PDF, ferramentas de OCR, com enfoque prático na elaboração de peças processuais e respetiva tramitação processual, bem como na eficiente utilização das demais plataformas informáticas, sob gestão do Ministério da Justiça ou do CSM que venham a ser desenvolvidas e implementadas nos próximos anos, por forma a facilitar a sua adoção, em tempo útil, nos tribunais (ex.: a base de dados jurisprudencial ECLI)	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público	O Curso é composto por 2 módulos, destinados a Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público em exercício de funções nos: - Tribunais de 1.ª instância - Tribunais superiores, em particular tribunais de Relação
	5	D8	Violência Doméstica	Penal	Integrando magistrados/as judiciais e do Ministério Público, membros de órgãos de polícia criminal, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.), em formato workshop, nas quais, sem prejuízo de uma intervenção de enquadramento e uniformização, se discutirão e resolverão casos práticos (vertente de case study), de acordo com as especificidades de cada uma das Comarcas, de forma a consciencializar a necessidade de uma operacionalização eficiente dos meios, com vista a uma capacidade de resposta adequada e atempada.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. OPC's, representantes entidades e organizações localmente relevantes (segurança social, reinserção social, ONGs, etc.)	Parceria com a EARHVD Datas e locais: - 21.abr.2022 - Setúbal - 28.abr.2022 - Leiria - 5.mai.2022 - Viseu
	Manhã 6	C1	Temas de Direito Tributário	Tributário	Analisar e discutir problemas atuais do Direito Fiscal e conhecer a jurisprudência mais recente quanto às matérias a abordar, com particular enfoque na análise de casos de estudo e na ponderação das alterações legislativas ocorridas. Neste âmbito, serão analisadas algumas das atuais questões do Direito Fiscal (substantivo e processual), nacional, europeu e internacional. Os temas serão tratados numa perspetiva eminentemente técnico-jurídica, procurando dar resposta às principais necessidades formativas, visando a transversalidade da formação dos interessados.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 4 manhãs: 4.mar., 1.abr., 6.mai., 3.jun.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
Mai	20 e Manhã 27	B6	Sociedades comerciais – elementos de informação financeira e Tribunais	Civil	Obter um guia prático para o conhecimento e análise dos elementos de informação financeira das sociedades comerciais	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Parceria com a Ordem dos Contabilistas Certificados Sujeito a confirmação: realização da AFC dependente da possibilidade de realização presencial do <i>workshop</i> 20.mai (todo o dia – Lisboa) e 27.mai.2022 (manhã – Porto) Inscrição conjunta, mas a participação na parte prática fica reservada aos formandos efetivamente presentes na parte teórica. Esta AFC compõe-se de: A) Uma <u>parte expositiva</u> , presencial/à distância, na manhã do dia 20.mai, a partir de Lisboa, e com transmissão à distância para os participantes do Porto, destinada a todos os formandos inscritos. B) Uma parte prática, em <i>workshop</i> , presencial, que decorre, para os formandos de Lisboa, na tarde do dia 20.mai e, para os formandos do Porto, na manhã do dia 27.mai. Limite de participantes: 40 Em cada edição (Lisboa/Porto): 20 participantes (10 MP/10 MJ)
	Manhã 25	C2	Temas de Direito Administrativo	Administrativo	Analisar e discutir as questões, substantivas e processuais, do direito administrativo, nacional, europeu e internacional, em face, designadamente, das alterações legislativas mais recentes ao nível do procedimento, do processo administrativo e da organização e funcionamento dos tribunais administrativos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 6 manhãs: 26.nov.2021, 26.jan., 23.fev., 23.mar., 27.abr. e 25.mai.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões.
	27	A6	Direito Processual do Trabalho	Trabalho e Empresa	Reflexão e debate sobre temas de direito processual que constituem objeto de discussão frequente no foro laboral, contribuindo-se, assim, para o aprofundamento dos conhecimentos jurídicos e práticos necessários ao exercício de funções na jurisdição do trabalho.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
	Manhãs 2 e 30	B2	Direito da Contratação Pública	Administrativo	Promover a análise e o debate de algumas das questões com que os tribunais administrativos têm vindo a ser confrontados, quer no domínio da formação, quer no domínio da interpretação, validade e execução dos contratos públicos, designadamente, em face das recentes alterações ao Código dos Contratos Públicos. Analisar as decisões mais recentes do TJUE em matéria de contratação pública.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 2 manhãs: 2 e 30.jun.2022
Junho	Manhã 3	C1	Temas de Direito Tributário	Tributário	Analisar e discutir problemas atuais do Direito Fiscal e conhecer a jurisprudência mais recente quanto às matérias a abordar, com particular enfoque na análise de casos de estudo e na ponderação das alterações legislativas ocorridas. Neste âmbito, serão analisadas algumas das atuais questões do Direito Fiscal (substantivo e processual), nacional, europeu e internacional. Os temas serão tratados numa perspetiva eminentemente técnico-jurídica, procurando dar resposta às principais necessidades formativas, visando a transversalidade da formação dos interessados.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Ação desenrola-se em 4 manhãs: 4.mar., 1.abr., 6.mai., 3.jun.2022 A inscrição nas ações tipo C considera-se feita para todas as sessões
	Manhã 20	A8	Jurisprudência constitucional recente em matéria civil, comercial e processual civil		Na sequência das anteriores edições, registar e analisar as mais relevantes decisões recentes do Tribunal Constitucional português com implicações em matéria civil, comercial e processual civil.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Formato: Webconferência Parceria CEJ/AATRIC
Julho	Manhã 1	A7	O Direito do Trabalho e a Indústria 4.0	Trabalho e Empresa	Análise das repercussões e desafios que a nova revolução industrial, desencadeada pela era digital, nomeadamente com o recurso a tecnologias como a inteligência artificial, a internet das coisas e a computação em nuvem, projeta no Direito do Trabalho.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	

Setembro	16	D5	Workshop Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas	Civil	Na sequência da <i>webconferência Direito das Sucessões e Novo Regime do Inventário – Algumas questões práticas</i> (Plano 2020/2021), os <i>workshops</i> visam discutir e sedimentar boas práticas na tramitação do processo especial de inventário, com especial atenção aos papéis dos vários interessados e do Ministério Público e à expressão processual do regime substantivo da partilha.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público.	Formato a determinar, em função da evolução da situação sanitária Datas e locais: Inscrições para cada edição, respectivamente, da área dos Tribunais da Relação: - 7.jan.2022 - Guimarães - 28.jan.2022 - Porto - 16.set.2022 - Lisboa Limite de participantes em cada edição: 20 participantes (10 MP/10 MJ)
Outubro	13 e 14	B7	Seminário de Direito da Responsabilidade - Responsabilidade profissional	Civil	Apreender os desafios atualmente colocados em matéria de responsabilidade civil decorrente do exercício de determinadas profissões ou ocupações e analisar, nesse contexto, a conformação do delito civil ao nível dos seus vários elementos.	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Parceria CEJ/Revista de Direito da Responsabilidade

AFCs COM DATAS A DEFINIR

TIPOLOGIA	TEMA DA AFC	JURISDIÇÃO	DESTINATÁRIOS	OBSERVAÇÕES
A9, A10, A11, A12	Jurisprudência Constitucional	Tributário, Administrativo, Penal, Trabalho e Empresa	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Em parceria com a AATRIC
A13	Pandemia e a Constituição – emergência, calamidade e direitos, liberdades e garantias	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	Em parceria com a AATRIC
A14	Tribunais e RCPD – que convivência	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
A15	Álcool e Justiça	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
A16	Julgar com Perspetiva de Género – constitucionalidade na construção da igualdade	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
A17	Direito dos Animais	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
A18	Os (novos) Estatutos das magistraturas	Outras	Juizes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.	
E4	Inglês Jurídico	Outras		<i>b-learning</i> - Com sessão presencial final obrigatória